Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE

Kleber Ávila Ribeiro* Deise Cristiane do Nascimento** Joelma Fabiana Barros da Silva***

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar os benefícios e as vantagens que as cooperativas agropecuárias podem trazer para o fortalecimento da agricultura familiar, em especial dos agricultores da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI (APRNVI), no município de Petrolina/PE. No que se refere aos procedimentos metodológicos, foi realizada coleta de dados por meio de levantamento bibliográfico e de pesquisa de campo empreendida no período de março a maio de 2011, mediante aplicação de questionários estruturados com a totalidade dos associados vinculados à associação objeto deste estudo. Os resultados da pesquisa apontam que a constituição de uma cooperativa trará benefícios para seus cooperados, atuando como elemento de transformação social, contribuindo para promover o desenvolvimento local com base na geração de renda e mitigando a exclusão social.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cooperativismo. Desenvolvimento local.

http://dx.doi.org/10.5335/rtee.v0i40.3444

Submissão: 26/04/2013. Aceite: 14/06/2013

^{*} Economista, especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Salvador (Unifacs), MBA em Gestão de Cooperativas pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Professor substituto da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e professor auxiliar da Autarquia Educacional do Vale do São Francisco (AEVSF). kleberavilar@gmail.com.

Economista, mestranda em Planejamento Regional e Urbano pela Unifacs, coordenadora e professora auxiliar do curso de Economia da AEVSF. deise.nascimento@facape.br.

^{***} Graduanda em Economia pela AEVSF. joelmafbs@gmail.com.

Introdução

Embora reconhecida a importância da agricultura familiar para o abastecimento e a segurança alimentar no mundo, esse segmento é desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas diante do processo de globalização.

No Brasil, o Nordeste é onde se concentra o maior contingente de agricultores familiares, totalizando 49% dos indivíduos ocupados na agricultura brasileira (GRAZIANO, 1998). Acrescenta-se a isso o que menciona Wautier, ao afirmar que, também nessa região, "[...] a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização" (2001).

Impulsionada pelo acelerado processo de globalização dos mercados, cada vez mais, acirra-se a competitividade entre as organizações para disputa por espaços dentro dos mercados em que atuam. Diante desse contexto, a união de forças, via associativismo e cooperativismo, constitui-se uma prerrogativa para a sustentabilidade da unidade produtiva e do negócio (PIRES, 2003). No âmbito da agricultura familiar, a criação de associações e cooperativas vem sendo destacada pela literatura como um canal importante de produção, organização de produção, agregação de valor e comercialização da produção (PIRES, 2003). Nesse sentido, o cooperativismo torna-se uma alternativa vantajosa para os agricultores familiares, propiciando-lhes sua inserção nos mercados locais e globais, bem como ampliando a sua possibilidade de enfrentamento à concorrência da agricultura empresarial ou patronal.

Fundamentando-se no binômio cooperativismo e agricultura familiar, o presente artigo tem por objetivo mostrar as vantagens e os desafios do cooperativismo agropecuário no âmbito da agricultura familiar, com vistas a responder ao seguinte questionamento: como a constituição de uma cooperativa agropecuária poderá contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar no Núcleo VI do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho (PISNC) no município de Petrolina/PE?

Para a confecção deste trabalho científico, utilizou-se como metodologia o chamado "método histórico", que consiste, basicamente, em uma investigação de processos e acontecimentos do passado, os quais poderão auxiliar na tomada de decisões. Realizou-se uma coleta de dados primários mediante extensa pesquisa documental, envolvendo uma revisão de literatura para construir um arcabouço teórico acerca do movimento cooperativista, bem como sua inter-relação com a produção familiar da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI (APRNVI). Além

da pesquisa documental e da coleta de dados primários, procedeu-se à coleta de dados secundários, por meio da realização de uma pesquisa de campo com a aplicação de questionários aos agentes envolvidos.

Cooperativismo: teorias e conceitos

O cooperativismo é uma prática que surgiu com o intuito de defender os trabalhadores da precarização das relações de trabalho oriunda do modo de produção capitalista. Portanto, o movimento cooperativista deve ser visto como um movimento social que nasceu com o despertar do sistema capitalista, no final do século XVIII e início do século XIX. Esse período foi marcado pelas relações de conflito entre capital e trabalho, pelas péssimas condições laborais da classe operária, levando-a a organizar-se de forma associativa para contrapor-se às novas imposições do mercado formal de trabalho que o modo de produção capitalista provocou.

O cooperativismo apresenta-se como conceito de correlação entre as definições dos capitais humano, social e empresarial, fatores fundamentais para a promoção do desenvolvimento local. Nessa perspectiva, o surgimento dessa forma de associativismo significa a busca pela melhoria da qualidade de vida do agricultor, e, numa visão mais ampla, um meio alternativo de desenvolvimento local, por apresentar afinidade com o conceito de capital empresarial. Dito de outro modo, em sua essência, o cooperativismo caracteriza-se por uma forma de produção e distribuição de riquezas baseada em princípios como a ajuda mútua, a igualdade, a democracia e a equidade.

Para que o cooperativismo torne-se eficaz como sistema econômico, faz-se necessário o envolvimento dos agentes locais, a fim de que se tornem protagonistas, propiciando-lhes incremento da renda familiar e melhoria da qualidade de vida, além das condições de trabalho. Desse modo, as cooperativas agropecuárias poderão desempenhar sua função social, tendo como meta a redução da pobreza e o combate à precarização das condições de vida de seus cooperados, assumindo compromisso com a promoção do desenvolvimento local, a inclusão social e produtiva e a redução do nível de desemprego (SINGER, 2003).

Desenvolvimento local e as cooperativas agropecuárias

O desenvolvimento local envolve pessoas e suas aptidões voltadas para a comunidade local, mas se caracteriza por uma ação que não tem um único dono, sendo, portanto, de todos. Essa é, também, a principal característica das cooperativas,

empresas de propriedade coletiva e democraticamente geridas, onde predomina a livre admissão e onde o "nós" prevalece de forma participativa na construção do bem comum. "O desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses fatores para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade socioterritorial delimitada" (PANZUTTI, 1997, p. 58).

O desenvolvimento local tem, assim, uma acentuada relação com o princípio do movimento cooperativista, visto que a preocupação com a comunidade sustentará a cooperativa no futuro e será permanentemente necessária para se comandar os seus diferentes sistemas sociais, políticos, culturais e econômicos. De acordo com algumas comissões administrativas das cooperativas, as organizações somente podem atuar socialmente depois de terem sucesso econômico. Contudo, para obter esse resultado, são obrigadas, além de capacitar seus associados, a realizar investimentos sociais para promover os seus valores e princípios, que estão alinhados a questões de participação, poder e desenvolvimento.

Um conjunto planejado de ações, contemplando as várias dimensões das necessidades vitais de uma população. O que caracteriza o vigor comunitário para o desenvolvimento é a sequência articulada de esforços e eventos-chave, dirigidos para o gradativo bem-estar econômico e social, a partir da adesão e do compromisso dos próprios cidadãos com a execução das ações planejadas e orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes (FLEURY, 1983, p. 73).

Em concordância com o que afirmam os autores, Laidlaw (1987) acrescenta que o desenvolvimento local é um artifício eminentemente endógeno, ou seja, que busca usar seus potenciais próprios, naturais, humanos, institucionais e organizacionais, para mudar os sistemas produtivos locais com o objetivo de aperfeiçoar o bem-estar da população.

Para tanto, essas melhorias na qualidade de vida seriam consequência, também, da própria ação dos cidadãos favorecidos, uma vez que eles se transformariam em atores no processo de desenvolvimento, contribuindo desde a idealização até a avaliação, inclusive na decisão, no planejamento, na execução e no controle dos projetos e procedimentos. Segundo Benecke: "Quando há um acréscimo de 10% na proporção de produtores associados em cooperativas, há um acréscimo médio de 2,5% da renda média regional, [o que vem a] confirmar a teoria de que a organização cooperativa é importante para a geração de renda" (1980).

As empresas cooperativistas são organizações que oferecem uma importante contribuição para o desenvolvimento econômico, incorporada à geração e à repartição de renda, bem como à criação de empregos, facilitando, ainda, a distribuição

dos resultados econômicos proporcionais às operações com seus associados (BE-NECKE, 1980). Para tanto, traçam sua tática em duas dimensões, a social e a econômica, estando, na área social, voltadas para o fortalecimento do bem-estar do indivíduo na comunidade, e, na dimensão econômica, direcionadas para a rentabilidade da atividade individual do associado (OLIVEIRA, 2003).

Uma cooperativa constitui, portanto, um ambiente delimitado que forma uma rede marcada pela afinidade entre os cooperados. A conexão de um cooperado, em um princípio agroindustrial, torna-o um agente participante do desenvolvimento local, e, por isso, o cooperativismo tem muito a contribuir para o êxito e a criação de polos microrregionais e locais de crescimento integral, humano e sustentável. Afinal, os sócios de uma cooperativa são peças ativas para aquela comunidade, pois ali estão plantadas suas raízes.

Cabe destacar que esta teoria não rejeita a ideia de crescimento econômico, mas lhe impõe limites, subordinando-o a imperativos não econômicos. Seu caráter coletivo fortalece processos de construção de poder comunitário cujos efeitos de iniciativas econômicas populares podem contrariar as causas estruturais da marginalização e atingir a esfera política" (SINGER, 1998, p. 39).

O grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, tendo em vista sua incapacidade de produzir alimentos baratos para o abastecimento dos trabalhadores, fato que aumentava os salários nominais. Tal fato tornou necessária a aquisição de outros meios de produção para aumentar o nível de produto.

A produtividade natural da terra ainda poderia contribuir mais com o desenvolvimento econômico, com o uso intensivo de capital, o que aumentaria o crescimento da agricultura [...]. Seria necessário um programa fisiocrático para mudar a mentalidade vigente, criar condições para o aumento dos investimentos na atividade agrícola, para desencadear o crescimento dos demais setores (CORADINI, 1982, p. 102).

Segundo Keynes (1936), o desenvolvimento está relacionado ao pleno emprego dos fatores de produção, com evidência à propensão marginal a consumir, à preferência por liquidez e, ainda, à eficiência marginal do capital, sendo esse último o maior contribuinte para o desenvolvimento econômico. Portanto, o conceito de desenvolvimento vem colaborando para promover a caracterização que afirme a importância do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento econômico local sustentável.

Agricultura familiar e cooperativismo

Em especial, a partir da década de 1990, ocorreram profundas mudanças estruturais que levaram à precarização das condições de trabalho no mercado formal. Cabe salientar que essas mudanças foram motivadas por uma convergência de fatores: i) o acelerado processo de globalização; ii) a reestruturação da cadeia produtiva nacional, determinada pela abertura comercial no início da década para combater a entrada do produto importado; e iii) o processo de privatização, devido à tentativa do governo em reduzir o deficit primário. Essa conjuntura levou à extinção de muitos postos formais de trabalho, levando muitos trabalhadores a retornarem para suas regiões de origem (SINGER, 2003).

De acordo com Rosa (1999), os agricultores familiares não conseguiram acompanhar as alterações no cenário econômico em que estavam inseridos, pois nesse período ocorreu a entrada de grandes volumes de produtos estrangeiros, atrelados à inserção de novas tecnologias. Isso trouxe como consequência perda de competitividade diante dos concorrentes estrangeiros, uma vez que, nessa época, a agricultura brasileira, antes protegida, tornou-se exposta à concorrência internacional. Tal situação traduziu-se em um alto nível de desemprego e em baixa qualidade de vida do trabalhador rural, resultando em uma camada significativa de pequenos agricultores em busca de atividades não agrícolas.

A partir desses acontecimentos, inicia-se um processo de decadência da agricultura, afetando significativamente os agricultores familiares, visto que esse segmento é responsável pela geração de emprego no meio rural, em especial no semiárido nordestino, bem como pela produção de alimentos básicos para o abastecimento dos centros urbanos por meio da diversificação de suas atividades.

Especificidades regionais do movimento cooperativo no estado de Pernambuco

Formado por nove estados, o Nordeste corresponde a 20% do território brasileiro e a 29% da população do país (IBGE, 2010), reunindo o maior contingente rural do Brasil. Caracteriza-se por ser uma região de contrastes, marcada por forte heterogeneidade e complexidade não somente em termos de clima, vegetação, tipografia, cultura, mas também e especialmente em termos econômicos.

O movimento cooperativista nordestino apresenta os mesmos contrastes da região em que se encontra inserido, estimulando a criação de inúmeras cooperativas,

cuja comissão administrativa costuma ser composta por grupos de poder local. Afinal, como os cooperados, em sua maioria, são pessoas com um baixo nível de instrução, deixam-se influenciar por uma classe dominante.

Verifica-se então que, no cooperativismo nordestino, o poder e a autoridade foram preenchidos historicamente pelos dirigentes e não pelos seus associados nas assembleias, por esses fatores intrigantes eis a razão pela qual, muitas vezes, o cooperativismo nordestino foi mais identificado como instrumento de controle do que de mudança social, tendo servido, muitas vezes, como instrumento de transferência de recursos financeiros para os produtores (ROSA, 1999, p. 84).

O estado de Pernambuco (Figura 1), que integra esse cenário, teve como diferencial, no século XIX, o fato de ter sido um dos precursores do cooperativismo no país, destacando-se na história do movimento cooperativo brasileiro.

Até a década de 30, as cooperativas agropecuárias passaram a ser utilizadas pelo estado, servindo de instrumento para a redução de desigualdades e de inclusão social. Naquele período, o movimento cooperativo brasileiro não tinha qualquer expressão significativa na economia regional e local, sendo bastante tímidas as experiências cooperativas, visto que as iniciativas não haviam sido suficientes para provocar mudanças significativas no contexto em pauta.

Tais questões trouxeram repercussão direta para o campo da gestão das cooperativas agropecuárias pernambucanas. No âmbito do estado, em 1995, o número de cooperativas do ramo agropecuário foi superado pelos demais ramos do cooperativismo estadual. As cooperativas agropecuárias passaram a representar 47,9% do total de cooperativas estaduais, decrescendo para 41,6% em 1998 e para 31% em 2002, embora tenha havido um aumento em termos absolutos do seu número em Pernambuco (OCB, 2011).



Fonte: OCB, 2011.

Figura 1: Mapa do estado de Pernambuco por regiões geográficas

Enfim, tanto a sociedade brasileira quanto a pernambucana passaram a utilizar as cooperativas como uma justificativa para intervir na economia, elegendo como bandeira os segmentos sociais de proletários e da classe média (ROSA, 1999). Assim sendo, cada vez mais e independentemente de onde estejam localizadas, as cooperativas terão de capacitar-se e reformular suas práticas democráticas no processo de autogestão, passando pela apropriação de ferramentas adequadas de gestão organizacional que lhes permitam ocupar um espaço de destaque no mercado local, regional e nacional.

Cooperativismo e as pequenas associações

A pequena propriedade familiar e a organização comunitária representaram a sustentação da construção social da área rural de Pernambuco, determinando, ao longo da formação social do espaço, a emergência do fenômeno do associativismo. Nesse sentido, a essência do movimento cooperativista está na solidariedade entre colonos como uma prática corriqueira em seu cotidiano, cultuada, sobretudo, para fazer frente aos obstáculos naturais e às precárias condições de suprimento dos indivíduos e da coletividade. Ajudar o vizinho nas derrubadas, na colheita, nas edificações da propriedade e na construção do espaço público são institutos que caracterizam o perfil dos sujeitos sociais oriundos do meio rural e que definiram o modelo hegemônico de assentamento da região.

Em meados da década de 1990, o movimento cooperativista sentiu a necessidade de adaptar-se à realidade contemporânea, com o intuito de adentrar no mercado, pois esse momento foi marcado pelas crises mundiais do sistema econômico. A própria Aliança Cooperativa Internacional (AIC), no congresso realizado em 1995, apontou a necessidade de profissionalização, admitiu o recebimento de juros sobre o capital integrado e recomendou a criação e o estabelecimento de parcerias (TURRA, 2002).

Em Pernambuco, o período de crescimento das cooperativas acompanhou o cenário nacional, e, em especial, as cooperativas agropecuárias começaram a surgir na década de 1940. É a partir de 1970, porém, que, seguindo o dinamismo econômico do período, as cooperativas começam a expandir-se e a tornar-se estruturas fundamentais inseridas na realidade econômica da região.

A integração do setor produtivo ao mercado teve como agentes indispensáveis as cooperativas, que passaram a desempenhar o papel de fomentadoras do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exerceram entre os diferentes agentes econômicos, sendo os principais braços dessa relação. Assim,

contribuíram para a construção de laços de cooperação e solidariedade, os pressupostos básicos que justificam a sua criação, mas que representam, sobretudo, a construção de referências de convergência de interesse dos sujeitos sociais e das organizações sociais e produtivas, o que configura certo poder local.

O impacto da organização e da atuação das cooperativas na economia de Pernambuco e, em especial, da região Nordeste trouxe reflexos que se projetaram sobre o perfil do desenvolvimento, contribuindo para a mudança dos indicadores econômicos pela geração de empregos, de postos de trabalho, pela geração e circulação de renda e pela diversificação de iniciativas empresariais.

O cooperativismo e a agricultura familiar na formação do espaço agrícola de Pernambuco tendem a evoluir, não apenas por se tratar de uma região com altos índices de desemprego, mas também pela própria potencialidade do setor. Assim, a dinâmica do crescimento econômico de uma cooperativa relaciona-se com o perfil do seu gerenciamento e do seu ajuste às forças impulsionadoras do crescimento econômico. Em Pernambuco, as cooperativas estiveram em sintonia com as políticas de modernização do período, que viam a necessidade de especialização da produção como condição para consolidar o modelo agrário-exportador.

A verdadeira diferença entre as sociedades cooperativas e as demais instituições não cooperativas encontra-se na dimensão social, que, como princípio, deve estar em sintonia com os fins econômicos. Assim, quando não há identificação dos associados com a própria cooperativa, a crise é de participação, podendo ocasionar problemas que abalam até mesmo toda a estrutura econômica e a saúde da organização, pois, deixando de participar de modo efetivo da tomada de decisões e da definição dos rumos, o cooperado delega suas responsabilidades e rompe com o princípio da lealdade e da confiança.

Os interesses puramente econômicos e empresariais atropelam, em muitas situações, os interesses do quadro associativo. Quando isso ocorre de maneira muito nítida, os cooperados são afastados ou se retiram das engrenagens da administração.

[...] a relação entre cooperativa e agricultores se configura unicamente como intermediadora entre plantio e comercialização, limitando a sua importância apenas nas chances de obtenção de maiores lucros que as cooperativas possibilitam aos produtores rurais, seja no momento da colocação dos produtos da agricultura no mercado, seja na compra de bens ou, ainda, na prestação de serviços (RIOS, 1989, p. 27).

As cooperativas da região, inseridas no modelo de desenvolvimento da agricultura nacional e mediadoras do crédito agrícola, atuaram como elementos de transformação do espaço físico rural, na medida em que facilitaram a entrada do cooperativismo na formação do espaço agrícola do estado de Pernambuco.

Os perímetros irrigados no Vale do São Francisco

A partir de meados da década de 1960, considerável volume de investimentos federais foi direcionado para promover o desenvolvimento da região do Vale do São Francisco, em especial a região conhecida como submédio São Francisco. Tais investimentos tiveram como objetivo, principalmente, a criação de infraestrutura para o estabelecimento e o avanço da fruticultura irrigada na região. Atualmente, com a economia alicerçada na agricultura irrigada, o município de Petrolina/PE tornou-se principal polo econômico da região, mantendo índices de crescimento relativamente significativos no seu estado (PANZUTTI, 1997).

Em 1968, a Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) começou a instalar os primeiros colonos, pequenos produtores rurais, nas áreas destinadas à irrigação, conhecidas como "perímetros irrigados". Para esses colonos, que eram provenientes da área de sequeiro, a agricultura irrigada representava uma novidade.

Atualmente, dentro do município de Petrolina, existem dois perímetros irrigados, o Bebedouro e o Senador Nilo Coelho (Quadro 1). Esses dois perímetros vivenciaram a experiência de constituição de cooperativas agrícolas para a comercialização da produção de frutas e verduras, com o apoio direto da Codevasf e do Banco do Nordeste (BNB).

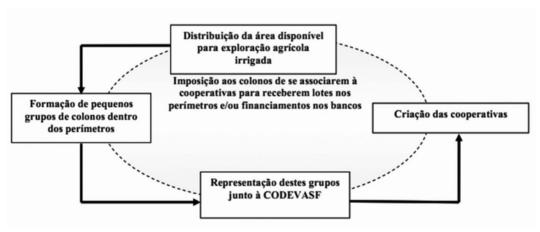
Item	Perímetro Nilo Coelho	
Área total do projeto (ha)	40.763,00	
Área irrigável (ha)	21.640,00	
Área irrigada (ha)	17.882,71	
Área de ocupação (%)	82,64	
Empresas		
Área ocupada (ha)	8.959,00	
Área destinada (%)	41,40	
Lotes ocupados	180	
Área média ocupada por empresa (ha)	49,77	
Área irrigada (ha)	5.920,99	
Índice de ocupação (%)	66,09	
Colonos		
Área ocupada (ha)	12.681,00	
Área destinada (%)	58,60	
Lotes ocupados	2.063,00	
Área média ocupada por colonos (ha)	6,15	
Área irrigada (ha)	11.961,72	
Índice de ocupação (%)	94,33	

Fonte: OCB, 2011.

Quadro 1: Descrição do perímetro irrigado Senador Nilo Coelho

De maneira geral, Coradini constatou que, no Brasil, predominam as cooperativas agropecuárias e que "o cooperativismo agrário tem assumido uma maior expressão nos estados onde a agricultura ainda representa uma forte participação na economia" (1982, p. 87). No Vale do São Francisco, a agricultura irrigada é fundamental para a economia da região e, apesar da descrença no cooperativismo agrícola, ainda existem esforços governamentais para empreender ações que o estimulem na região.

Diante disso, o Núcleo Interdisciplinar de Estudo e Tecnologias em Gestão Social (Nigs), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), realizou, no período de julho de 2007 a agosto de 2008, uma pesquisa que permitiu identificar especificidades no processo de constituição das cooperativas nos perímetros irrigados, que foram fundamentais na breve história do cooperativismo na região. Percebe-se que, salvo raras exceções, a implementação das cooperativas (Figura 2) em cada um dos perímetros era praticamente uma exigência da própria Codevasf, que tomou a iniciativa nos processos, organizando grupos de colonos e disponibilizando treinamento e equipamentos para o início das atividades dessas organizações.



Fonte: OCB. 2011.

Figura 2: Processo de implementação das cooperativas agrícolas nos perímetros

Logo, esse processo de implantação do movimento cooperativista, proposto pela Codevasf, deveria seguir o fluxo indicado pelas setas, iniciando-se com a distribuição das áreas irrigadas para o plantio das culturas propícias, geralmente demarcadas pela Codevasf com base em estudos prévios.

Após a formação desses grupos, a Codevasf disponibilizaria técnicos e assistentes sociais, a fim de orientarem os colonos e suas famílias no que tange à vida nos perímetros e à importância de agir coletivamente. Desses grupos, líderes situacionais surgiriam e representariam o grupo junto à Codevasf. A criação das cooperativas aconteceria de forma voluntária e seria apoiada pela Companhia, recebendo a orientação jurídica necessária.

A ideia expressa na forma do fluxo, na Figura 2, seria, aparentemente, bem aplicável. Porém, a imposição para a criação das cooperativas e associação dos colonos nos perímetros deu-se pelas exigências dos Bancos, especificamente do Bando do Nordeste, principal financiador dos perímetros, e da própria Codevasf. Potencializaram as dificuldades da autogestão outros fatores permanentes, tais como: questões culturais envolvendo imposição aos colonos de se associarem às cooperativas para receberem lotes nos perímetros e/ou financiamentos nos bancos, distribuição da área disponível para exploração agrícola irrigada e criação da cooperativa para proceder à representação desses grupos junto à Codevasf.

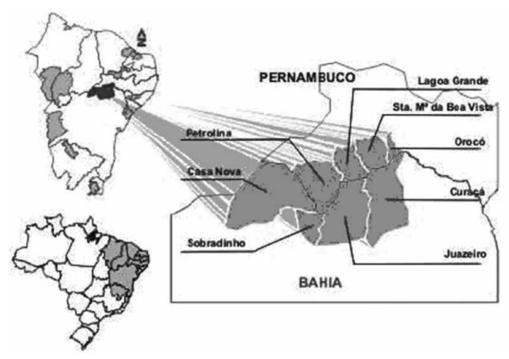
Caracterização de Petrolina

Conforme dados do IBGE (2011), o município de Petrolina possui 4.665 km² de área, 376 m de altitude acima do nível do mar, tendo clima tropical e temperatura máxima de 33,80 °C e mínima de 19,50 °C. Com pouco mais de cem anos de emancipação, tem demonstrado excepcional crescimento econômico e desenvolvimento social, conforme demonstrado pelo IDH 2010 de 0,748. A sua população é de cerca de 268.339 mil habitantes segundo o Censo do IBGE de 2010, compreendendo importante centro sub-regional do Nordeste. Em Pernambuco, o município já responde pela 6ª maior população das 186 cidades existentes no estado (IBGE, 2011).

A agricultura irrigada é a principal atividade de sua economia, e a fruticultura (em que se destaca a produção de manga e uva) é a cultura de maior expressão, já se registrando significativos volumes exportados. Situado na margem esquerda do Rio São Francisco, no extremo oeste do estado, o município apresenta ótimas condições climáticas para a produção agrícola irrigada, proporcionando duas safras anuais de uva e de manga, uma vantagem competitiva em relação às demais áreas produtoras no Brasil e aos demais países do mundo.

Petrolina apresentou, nos últimos anos, grande expansão e desenvolvimento, que estiveram interligados ao incremento da agricultura irrigada. Mais especificamente, isso se deveu ao aumento da produção frutícola e à organização mais adequada da sua comercialização, com a melhoria dos seus canais de escoamento,

venda para o mercado externo, presença de *packing-house*, dentre outros fatores (IBGE, 2011).



Fonte: OCB, 2011.

Figura 3: Localização do polo da fruticultura irrigada - Petrolina/Juazeiro

Dentre os projetos da Codevasf implementados em Petrolina, o PISNC, localidade em que se situa a APRNVI, objeto de estudo deste artigo, destaca-se com uma das maiores produções de fruteiras.

Delimitações do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho

Situado a noroeste da sede municipal de Petrolina, o PISNC custou aos cofres públicos cerca de R\$ 340,52 milhões (em reais de 1998). O perímetro foi construído em duas etapas: a primeira, conhecida como Nilo Coelho, teve o início de suas atividades em 1984, e a segunda, conhecida como Maria Tereza, foi inaugurada em 1996 (CODEVASF, 2011).

Assim como nos demais perímetros, a administração do PISNC é feita pelos próprios integrantes, por meio do Distrito de Irrigação Perímetro Senador Nilo Coelho (DIPSNC). Esse é considerado o maior perímetro público do Brasil, com uma área total de 40.763 ha, dos quais 21.640 são irrigáveis, sendo 41,4% das áreas destinadas a empresas e 58,6% destinadas a colonos.

O índice de ocupação foi de 86,6% em 2008. O restante da área do projeto (área não irrigável) é preenchido por 970 km de rede viária interna (700 km na 1^a etapa e 270 km na 2^a etapa), cinco núcleos de serviços e onze habitacionais, além de canais de irrigação primários e secundários, culturas de sequeiro, reserva florestal, galpões etc. (CODEVASF, 2011).

Surgimento da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI

Entidade civil sem fins lucrativos, a APRNVI encontra-se localizada no PISNC no município de Petrolina/PE. "Tem por finalidade a prestação de qualquer serviço que possa contribuir para o êxito e [a] racionalização das atividades econômicas, sociais, educacionais e culturais dos seus associados" (CODEVASF, 2011). Objetiva, também, representar os associados, em juízo ou fora dele, defendendo seus direitos e interesses; fazer gestão para a organização, a conscientização dos pequenos produtores do Núcleo VI do PISNC, apoiando-os em seus movimentos reivindicatórios, suas lutas e seus direitos, visando à união e à melhoria da categoria.

Por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com o Sebrae/PE e o Instituto Xingó, no primeiro semestre de 2006, foram implantados o packing house e uma câmara fria para realizar o beneficiamento da manga in natura, agregando valor ao negócio. A comercialização dos produtos visa a suprir tanto o mercado interno quanto o externo, em especial Alemanha e Holanda, com base no sistema de comércio justo (CODEVASF, 2011).

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa surgiu da necessidade de se promover uma mudança pleiteada pela maioria dos associados da APRNVI: a transformação da atual associação em cooperativa agropecuária, visando a promover o desenvolvimento local.

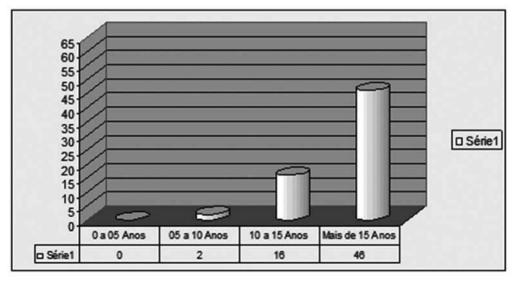
Com o intuito de elaborar uma análise da APRNVI e descobrir as peculiaridades do local, realizou-se uma pesquisa de campo, aplicando-se um questionário com perguntas semiestruturadas a 64 unidades familiares (100% dos associados). Essa etapa teve duração de aproximadamente quatro meses, sendo iniciada em fevereiro e finalizada em maio de 2011. Além da utilização de dados primários, este trabalho contou com a coleta de dados secundários junto a instituições públicas, como a Codevasf e o IBGE, amparando-se, ainda, em um amplo levantamento bibliográfico sobre a temática abordada.

Segundo a Codevasf, os produtores do Núcleo VI do PISNC classificam-se em quatro categorias, de acordo com a quantidade de hectares. Porém, a cooperativa em estudo reúne apenas 64 associados – produtores de banana, coco, goiaba, manga, acerola, abóbora, hortaliças, maracujá e macaxeira –, além dos produtores rurais independentes. Portanto, compuseram a amostra estudada apenas as unidades familiares associadas.

O perfil dos associados

De acordo com a pesquisa realizada, das 64 unidades familiares associadas, treze não residem no Núcleo VI, sendo distribuídas entre a área urbana e outros núcleos circunvizinhos.

Como ilustra o Gráfico 1, verificou-se que a maioria dos entrevistados trabalha há mais de dez anos com a atividade frutícola, sinalizando que eles detêm experiência na área de fruticultura irrigada.

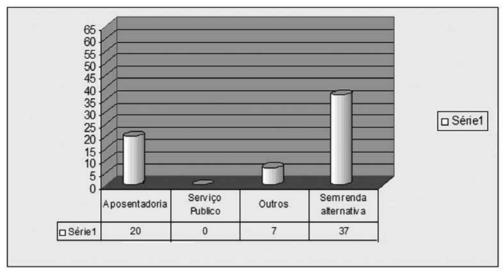


Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Gráfico 1: Distribuição das famílias associadas por tempo de experiência na atividade frutícola

Constatou-se que, dentre a comunidade associada, 46 associados trabalham há mais de quinze anos com a fruticultura irrigada, dezesseis, de dez a quinze anos, e apenas duas dessas unidades familiares associadas tem entre cinco e dez anos de atuação. Identificou-se, portanto, que nenhuma família pesquisada possui menos de cinco anos de experiência.

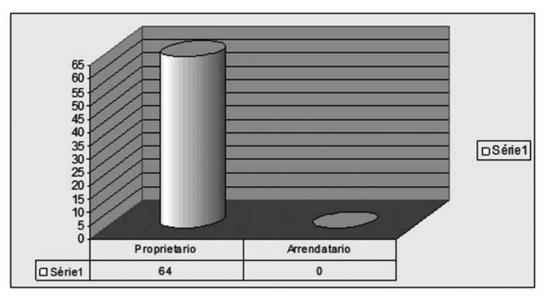
Durante a pesquisa, 58% dos associados afirmaram não dispor de outras fontes de renda além da comercialização das frutas (Gráfico 2).



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Gráfico 2: Fontes de renda alternativas

No decorrer da pesquisa de campo, identificou-se que as 64 unidades familiares associadas à APRNVI são proprietárias da terra (Gráfico 3).



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Gráfico 3: Domínio da propriedade

Características socioeconômicas do produtor

O nível de instrução é uma variável de grande relevância para que se possa alcançar a elevação da eficiência econômica das propriedades rurais do núcleo VI. Essa variável influencia, terminantemente, na renda dos pequenos produtores da microrregião. Isso ocorre, segundo Rocha (2001), porque um elevado grau de escolaridade acaba potencializando a capacidade do pequeno produtor, trazendo-lhe benefícios como:

- inserir-se no mercado;
- organizar-se;
- utilizar e manusear tecnologias mais avançadas (com maior grau de complexidade);
- negociar com possíveis compradores etc.

Verificou-se que os pequenos produtores mais escolarizados solicitam o acompanhamento de um profissional especializado na área, invariavelmente agrônomos, e que grande parte dos que apresentam nível médio realizou curso técnico em agronomia, o que os diferencia dos demais associados.

Dessa forma, além de maior produtividade no cultivo, um grau mais elevado de instrução leva o produtor a ter maior discernimento da realidade empresarial, aumentando seu poder de barganha e proporcionando-lhe condições contratuais mais favoráveis. Quanto ao nível de escolaridade dessas famílias, o Quadro 2 evidencia que a maioria tem apenas o ensino fundamental incompleto:

Escolaridade	Nº. de associados	%
Fundamental incompleto	34	53%
Fundamental completo	21	33%
Técnico	4	6%
Superior incompleto	1	1,75%
Superior completo	4	6,25%

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Quadro 2: Grau de escolaridade dos associados

Com base nas informações obtidas, constatou-se que é viável a discussão acerca da implantação de uma cooperativa agropecuária no Núcleo VI do PISNC, em substituição à associação já existente. Nessa discussão, serão apresentadas as vantagens que a implantação de uma cooperativa poderá promover para o desenvolvimento local da comunidade envolvida.

Resultados e discussões

A associação de produtores constitui-se num modelo flexível de organização local que foi desenvolvido nos últimos vinte anos, tendo surgido da necessidade de as comunidades dotarem-se de representações jurídicas, da intervenção de atores externos – igrejas, ONGs, programas de extensão, projetos públicos – e da existência de auxílios e financiamentos públicos reservados a projetos associativos ou comunitários, geralmente com finalidade produtiva.

A associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, baseada na adesão voluntária. Reúne, muitas vezes, o conjunto dos membros de uma comunidade (ou somente os chefes de família) em torno de um objetivo específico, geralmente um projeto econômico: acesso ao financiamento de equipamentos coletivos (escola, água, eletricidade, posto de saúde), comercialização ou processamento dos produtos, apropriação fundiária etc.

As associações devem redigir e publicar seus estatutos no Diário Oficial, além de eleger e renovar uma diretoria e um conselho fiscal. As regras são readaptadas pela comunidade ou pelos líderes, e as eleições são arranjadas previamente. As decisões importantes são tomadas antes das reuniões formais e públicas no quadro das relações de proximidade e de poder entre os grupos familiares e as comunidades locais. Nesse sentido, a associação oferece, à diferença da cooperativa, certo espaço para atualização das práticas de reciprocidade no contexto moderno. No entanto, a flexibilidade do modelo e a ausência de fiscalização não devem esconder a natureza produtivista das associações de produtores.

Assim, muitas vezes, a associação não resolve de forma mais adequada que a cooperativa a questão do manejo dos bens coletivos. Porém, facilitando o acesso ao crédito individual, mediante o aval coletivo, o sistema dinamiza os processos de acumulação ou de capitalização e contribui para a diferenciação socioeconômica entre os produtores. Isso não é exatamente uma surpresa num sistema de livre-câmbio, mas, na origem, foi raramente o objetivo indicado aos agricultores, que podem, logicamente, se considerar enganados.

A APRNVI de Petrolina/PE poderá apresentar retornos positivos no que diz respeito à permuta de associação para cooperativa agropecuária. Da mesma forma que as associações de produtores rurais, os fornecedores e demandantes estarão sujeitos à estagnação tanto econômica quanto social, visto que a produção será a mesma, pois, nesse tipo de instituição, o principal interessado – a comunidade rural local – não se sente incentivado a investigar o mercado em que atua, tampouco a estudar melhores condições de manejo e negociação (OCB, 2011).

Diante do que foi exposto, a APRNVI poderá desfrutar de vantagens econômicas, sociais, educativas e morais, na busca de melhor atender as necessidades de seus associados. No entanto, é importante ressaltar, que não só vantagens existem para a implantação de uma cooperativa em substituição à associação.

A possibilidade de maior eficiência na estrutura organizacional das cooperativas agrícolas esbarra, porém, em várias dificuldades, muitas delas relacionadas a uma herança histórica que comprometeu resultados mais promissores no campo da cooperação agrícola. Pode-se citar como exemplos dessa natureza: a prática de criação de cooperativas para atender interesses políticos de grupos específicos e, portanto, desvinculadas dos interesses dos seus associados, a falta de transparência na condução dos negócios, motivadas, muitas vezes, por práticas de corrupção ou ineficiência na gestão, baixo nível de informação e de escolaridade de muitos dos seus sócios, inexistência de políticas agrárias claras e com as graves distorções de estrutura agrária brasileira que ainda ostenta uma das maiores concentrações da propriedade agrícola do mundo (SCHNEIDER, 1981, p. 123).

As vantagens econômicas, sociais, educativas e morais residem no fato de que as cooperativas:

- defendem a poupança e orientam sobre a qualidade dos produtos, razão pela qual, transformando-se numa cooperativa, a APRNVI fará que seus associados mudem suas percepções em relação à poupança individual e a tornem coletiva, para, ao final do exercício, ser distribuída, gerando uma maior responsabilidade na hora de entregar sua produção;
- produzem rendas maiores e regularizadas, o que beneficiará a APRNVI, pois o volume de produção aumentará; logo, a receita da cooperativa crescerá, trazendo oportunidades de crescimento e desenvolvimento para todos, e o cooperado deixará de ser apenas associado, para se tornar um coproprietário;
- 3. realizam a promoção econômica e a elevação geral do nível de renda dos associados e da própria comunidade na qual estão inseridas, pois por meio delas poderão ser firmados convênios de ajuda mútua com outras cooperativas e outras instituições, tendo por objetivo a melhoria da qualidade de vida de seus associados;
- 4. situam-se entre os mais eficientes instrumentos de distribuição de renda e de promoção de inclusão social, salientando-se que, por não trabalhar de forma restrita, a APRNVI abrange todas as áreas, promovendo eficiência em seus serviços;
- 5. são importantes reguladoras de preços no mercado no caso das cooperativas agropecuárias, pressionam em prol de preços mais justos, beneficiando o consumidor em geral;
- 6. promovem a humanização da economia;
- 7. fomentam a democratização da economia e o avanço da própria democracia política, na medida em que pretendem fazê-la vigorar no complexo e contraditório campo da economia e do mundo empresarial, motivo pelo qual estão criando as condições para uma participação madura na democracia política e social;
- 8. promovem a difusão da consciência e do trabalho solidário;
- 9. preservam a autonomia, a dignidade pessoal e a liberdade individual dentro de uma ação comum;
- 10. fomentam a vigência de elevadas normas éticas, sobretudo num contexto tão pleno de tensões e de luta por interesses quanto o econômico;
- 11. estimulam a prática da educação cooperativista, por meio do estímulo ao esforço próprio e da ajuda mútua.

Os mercados agrícolas que estão instalados e os que estão surgindo em todo o território nacional são positivos para as economias locais, os agricultores, consumidores e, em alguns casos, para o meio ambiente. No caso dos mercados de alimentos, aos agricultores e produtores cabe inserir os seus produtos, a fim de efetuar venda direta para o seu público. Normalmente, existem regras para os mercados de agricultores.

O cooperativismo possibilita o alcance de alguns benefícios que, muitas vezes, são o diferencial, o que justifica a união das pessoas em cooperativas. Como os associados são os próprios donos da cooperativa, elimina-se a relação empregado-empregador e há pouca diferença de interesses entre cooperados e gerentes, pois estes também são associados. A cooperativa substitui a figura do atravessador, na medida em que o associado produz e ele mesmo vende sua produção por meio da cooperativa, conseguindo melhores preços, devido à maior quantidade e qualidade do produto ofertado.

A APRNVI obterá as seguintes vantagens do modelo cooperativo: possibilidade de barganhar melhores preços dos produtos ofertados, diversificação da produção de seus cooperados, consequentemente, obtendo melhores condições de crédito, e eliminação de intermediários. Em razão do exposto, tornar-se uma cooperativa que vem configurando uma alternativa vantajosa para os agricultores, no que se refere à sua inclusão nos mercados locais e globais, para ampliar as possibilidades de enfrentamento à concorrência do agronegócio. Enfim, a cooperativa poderá beneficiar os seus cooperados de várias formas, incluindo o que menciona Pires (2003):

- aumento do nível geral de preços de produtos no mercado para reduzir o nível de suprimentos comprados;
- distribuição para agricultores de qualquer poupança líquida oriunda de manuseio, processamento e venda operações;
- melhoria da qualidade dos bens ou produtos agrícolas manipulados;
- desenvolvimento de novos mercados para os produtos.

A concentração das compras de suprimentos, vendas e manipulação, bem como de despesas de vendas, permite às cooperativas operar de forma mais eficiente, minimizando os custos de produção/hectare. Esse princípio também pode ser aplicado à política de marketing, a fim de obter sucesso na comercialização nos mercados locais, no comércio atacadista e na fabricação de produtos agroindustriais. Os agricultores, normalmente, julgam o benefício de pertencer a uma cooperativa por suas margens, metas ou poupanças, ou seja, observam as medidas monetárias, mais especificamente, olham a quantidade que atualmente lhes é paga em tangível.

Além disso, muitas cooperativas que manejam numa base de consórcio podem oferecer um produto capaz de exceder os preços médios de mercado do seu comércio local. Benefícios similares são substanciais no setor das frutas e dos vegetais, onde uma série de produtos lácteos, até mesmo açúcar, é barganhada pelas cooperativas agrícolas, principalmente pelo preço, mas também pelas condições de venda, incluindo prazos para entrada de certos itens.

Essas cooperativas estimulam seus membros a gerar produtos em quantidade e qualidade adequadas para atender as exigências do mercado. As cooperativas fornecem, ainda, benefícios indiretos importantes, como o efeito de preços locais em alguns produtos. O aspecto econômico, relativo a poupanças, normalmente fica menos tangível num determinado período de tempo. Além disso, as cooperativas estimulam a competição no sistema por fornecimento de produtos com menores preços, o que leva ao cálculo de ajustes de preço por outras organizações. Dessa forma, o verdadeiro benefício pode ser o seu impacto cotidiano no nível de preços de mercado.

Baseados na influência competitiva de cooperativas, desde que essas operações tiveram início, muitos dirigentes informam que esses benefícios econômicos excederam consideravelmente suas expectativas de margens líquidas anuais. Além disso, algumas cooperativas têm grandes ofertas, o que reduz os preços e as margens, temporariamente, durante os períodos de seca ou incomum baixa de preço para fornecer benefícios diretos em uma base sazonal. Diante do exposto, a maioria das cooperativas conta com programas voltados a beneficiar agricultores, ações que se acumularam ao longo dos anos, com o patrocínio de alguns empresários privados, o que pode proporcionar menores preços de produtos que os cooperados poderiam consumir individualmente.

Atualmente, a APRNVI não tem capacidade de gerar renda em nível que venha a estimular seus associados. Exemplo disso é o fato de não dispor de maquinários indispensáveis para o beneficiamento do produto "in natura", o que gera descontentamento por parte de seus associados. Afinal, por meio de uma cooperativa, poderiam aumentar seus rendimentos, mediante acesso às linhas de crédito para beneficiamento da produção e a outras vantagens fiscais concedidas ao setor, embora não haja diferença entre os impostos que incidem sobre os produtos vendidos por uma cooperativa e os vendidos por uma empresa mercantil.

Importante vantagem, ao se constituir uma cooperativa, diz respeito às relações de trabalho, pois não se estabelece vínculo empregatício com o cooperado. Além disso, os produtos entregues à cooperativa não geram tributação, configurando o chamado "ato cooperativo", responsável por tornar o produto mais barato em comparação aos comercializados por empresas mercantis.

Estudos sobre agricultura familiar corroboram que o cooperativismo se revela importante instrumento para promover o desenvolvimento local sustentável e para a geração de renda. Na mesma linha, este trabalho, que realizou um estudo de caso na APRNVI, evidenciou a importância da sua substituição pelo modelo de cooperativa agropecuária para o fortalecimento da agricultura familiar. No decorrer da pesquisa, ficou demonstrado que, ocorrendo essa mudança, a cooperativa trará muitos benefícios para seus cooperados em todas as áreas, com destaque às áreas econômica e social.

A implantação da cooperativa permitirá às unidades familiares a comercialização de seus produtos em mercados extremamente competitivos. Espera-se que este estudo deixe como contribuição um ponto de partida para a reflexão sobre a importância do trabalho associativo, em especial, na região do submédio São Francisco e do semiárido nordestino, visando à sustentabilidade dos empreendimentos solidários e à melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores de agricultura familiar.

Considerações finais

Visando ao alcance de seus objetivos, a associação tem passado por algumas mudanças. Hoje, dispõe de instalações necessárias para o seu bom funcionamento, promovendo o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a assistência técnica e outros serviços indispensáveis à produção. Registra-se que, anteriormente, isso não ocorria, pois os associados optavam pela venda de seus respectivos excedentes de produção de forma direta no mercado, assumindo todo o risco do negócio.

Por meio dessa associação, os produtores participam de diversos cursos de capacitação, dentre os quais: qualidade total rural para fruticultura irrigada, adubação da mangueira, primeiros socorros, regulagem de equipamentos de pulverização, uso correto de produtos fitossanitários, utilização correta do EPI, capacitação em informática para produtores rurais, redes associativas, capacitação rural, classificação de frutas e cooperativismo.

A APRNVI, por ser formada por pequenos produtores rurais e por ter como base a agricultura familiar, é certificada pelo sistema $Fair\ trade$ (Comércio justo), que garante aos pequenos produtores um preço compensador, além de uma bonificação. Em 02/09/2005, foi assinado o primeiro contrato para venda por meio desse sistema.

Embora a APRNVI apresente-se de forma organizada, faz-se necessário proceder à constituição de uma cooperativa agrícola para alavancar a renda dos associados, por meio da inserção de seus produtos em outros mercados consumidores via programas do governo federal voltados à segurança alimentar.

Agricultural cooperative and their contributions to the empowerment of family farmers in submedio San Francisco: the case of association of farmers core VI – Petrolina/PE

Abstract

This work aims to present the benefits and advantages that agricultural cooperatives can bring to the strengthening of family farming, in particular, the farmers of the Association of Rural Producers Core VI (APRNVI) the city of Petrolina/PE. Regarding the methodological procedures, data collection was carried out through literature review and field research conducted in the period March-May 2011, through structured questionnaires with all the associated linked to the association object of this study. The survey results indicate that the formation of a cooperative will benefit its members, acting as an element of social transformation, helping to promote local development through income generation and alleviating social exclusion.

Key words: Agriculture family. Cooperatives. Local development.

Cooperativa agricola y sus aportes a la autonomía de los agricultores de la familia en submedio San Francisco: el caso de la asociación de agricultores núcleo VI – Petrolina/PE

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar los beneficios y ventajas que las cooperativas agrícolas pueden aportar al fortalecimiento de la agricultura familiar, en particular, los agricultores de la Asociación de Productores Rurales Core VI (APRNVI) la ciudad de Petrolina/PE. En cuanto a los procedimientos metodológicos, la recolección de datos se realizó a través de revisión de la literatura y la investigación de campo realizada en el período de marzo a mayo de 2011, a través de cuestionarios estructurados con todos los asociados vinculados al objeto de la asociación de este estudio. Los resultados de la encuesta indican que la formación de una cooperativa beneficiará a sus miembros, actuando como elemento de transformación social, ayudando a promover el desarrollo local a través de la generación de ingresos y el alivio de la exclusión social.

Palabras clave: Agricultura familiar. Cooperativas. El desarrollo local.

Referências

BENECKE, D. W. Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Coojornal; Recife: Assocene, 1980.

CORADINI, O. Agricultura, cooperativismo e multinacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FLEURY, M. T. L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Global, 1983.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. Y. *Cooperativismo*: filosofia de vida para um mundo melhor. 2. ed. Curitiba: Ocepar, 2001.

GRAZIANO, J. da S. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2. ed. Campinas: 1998.

KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1936.

LAIDLAW, A. F. As cooperativas no ano 2000. 2. ed. São Paulo: OCEMG, 1987.

NORONHA, A. V. Cooperativismo. São Paulo: Cupolo, 1976.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. *Manual de gestão das cooperativas*: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PANZUTTI, R. Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no estado de São Paulo: caso da cooperativa dos agricultores da região de Orlândia. São Paulo: Editora Unicamp, 1997.

PIRES, M. L. L. e S. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, J. R. T. (Org.). *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*. Recife: Bagaço, 2003.

RIOS, G. de S. L. O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROSA, S. L. C. *Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável*. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (XXXVII, Foz do Iguaçu, ago. 1999).

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In. Ma. R. Loureiro. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

SINGER, Paul. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 119-130, may/aug. 1998.

. Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003.

TURRA, F. R.; SANTOS, F. E. de G.; COLTURATO, L. C. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo: associações e cooperativas. Brasília: [s.n.], 2002.

WAUTIER, A. M. A construção identitária e o trabalho nas orgs. associativas. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2001.